



FILHOS/AS DA DESISTÊNCIA: GRAVIDEZ PRECOCE, EVASÃO ESCOLAR E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Francisca Simone da Cunha Araujo¹

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Lucas Gomes de Medeiros²

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Paloma Custódio Lima³

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Renata Silveira Pinto Xavier⁴

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

RESUMO

O presente artigo buscou analisar a conexão entre a gravidez precoce, a evasão escolar e a precarização do trabalho, com destaque para a interseccionalidade entre raça, classe e gênero. Para isso, utilizou-se uma metodologia de natureza exploratória e qualitativa, com abordagem decolonial. Relacionamos dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) com as discussões propostas por autoras como Cida Bento (2022), Sueli Carneiro (2023) e Donna Haraway (2009). No que concerne aos espaços sociais e historicamente designados à mulher nas narrativas coloniais e pós-coloniais, a gravidez aparece muitas vezes como entrave social. Nesse sentido, a pesquisa revela que a maternidade na adolescência, especialmente no caso de jovens negras, é um marcador de exclusão social que solidifica desigualdades históricas.

Palavras-chave: Gravidez Precoce; Evasão Escolar; Trabalho; Desigualdade de Gênero; Racismo.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN), Mossoró, RN, Brasil. Licenciada de História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Endereço para correspondência: Rua Maria Luiza Dantas, 116, Alto Alegre. CEP: 59507-000. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5293-5417>. E-mail: simone.araujocunha80@gmail.com.

² Doutor em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atualmente é bolsista da Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do RN (FAPERN) no âmbito do Programa de fortalecimento da pesquisa na UERN e de redução de assimetrias no desenvolvimento científico e tecnológico regional no Estado (PROGRAMA RN MAIS CIENTÍFICO) e atua como bolsista de Pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH/UERN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0881-6082>. Email: alucasm@gmail.com.

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA). Mossoró, RN, Brasil. Avenida Prof. Antônio Campos, BR 110, Km 48, Costa e Silva. CEP: 59.610-210. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4908-817X>. E-mail: pallomacustodioli@gmail.com.

⁴ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN), Mossoró, RN, Brasil. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Endereço para correspondência: Avenida Prof. Antônio Campos, BR 110, Km 48, Costa e Silva. CEP: 59.610-210. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7745-8261>. E-mail: renatapinto92@gmail.com.

CHILDREN OF ABANDONMENT: EARLY PREGNANCY, SCHOOL DROPOUT, AND THE PRECARIZATION OF WORK.

ABSTRACT

The present article aimed to analyze the connection between early pregnancy, school dropout, and the precarization of labor, highlighting the intersectionality of race, class, and gender. To this end, an exploratory and mixed-methods methodology was employed, framed within a decolonial approach. We correlated statistical data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Information System on Live Births (SINASC), and the Informatics Department of the Unified Health System (DATASUS) with the discussions proposed by authors such as Cida Bento (2022), Sueli Carneiro (2023), and Donna Haraway (2009). Regarding the social spaces historically designated for women in colonial and postcolonial narratives, pregnancy frequently emerges as a social impediment. In this sense, the research reveals that teenage motherhood, particularly among young Black women, acts as a marker of social exclusion that solidifies historical inequalities.

Keywords: Early pregnancy; School Dropout; Work; Gender Inequality; Racism.

HIJOS/AS DE LA DESISTENCIA: EMBARAZO PRECOZ, DESERCIÓN ESCOLAR Y LA PRECARIZACIÓN DEL TRABAJO.

RESUMEN

El presente artículo tuvo como objetivo analizar la conexión entre el embarazo precoz, la deserción escolar y la precarización laboral, destacando la interseccionalidad entre raza, clase y género. Para ello, se empleó una metodología de carácter exploratorio y mixto, desde un enfoque decolonial. Relacionamos datos estadísticos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), del Sistema de Información sobre Nacidos Vivos (SINASC) y del Departamento de Informática del Sistema Único de Salud (DATASUS) con las discusiones propuestas por autoras como Cida Bento (2022), Sueli Carneiro (2023) y Donna Haraway (2009). En lo que respecta a los espacios sociales e históricamente designados a la mujer en las narrativas coloniales y poscoloniales, el embarazo aparece frecuentemente como un obstáculo social. En este sentido, la investigación revela que la maternidad en la adolescencia, especialmente en el caso de las jóvenes negras, constituye un marcador de exclusión social que consolida desigualdades históricas."

Palabras clave: Embarazo Precoz; Deserción Escolar; Trabajo; Desigualdad de Género; Racismo.

INTRODUÇÃO

As provocações aqui presentes resultam de debates e investigações acerca dos problemas relacionados à gravidez precoce. Analisamos e discutimos a condição de subalternidade das pessoas negras no Brasil, especialmente as mulheres, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). O objetivo foi mostrar que diferentemente de um processo biológico a gravidez precoce é um fenômeno social marcado pela intersecção de gênero e raça e que resvala diretamente no afastamento da esfera educacional. Afastadas do ambiente educacional, a nível básico e superior, resta a estas jovens mulheres o mercado de trabalho em suas condições mais adversas e precárias.

Como respaldo teórico nos fundamentamos em discussões feitas sobre a condição das mulheres na sociedade brasileira e na construção do conhecimento, dialogando com pesquisadoras como Donna Haraway (2009), Oyèrónkẹ Oyewùmí (2021), Cida Bento (2022) e Sueli Carneiro (2023). A partir destas autoras e das fontes apresentadas pensamos a gravidez na adolescência para além da interseccionalidade entre gênero e raça, evidenciando que as abjeções relativas ao fenômeno da gravidez precoce, especialmente na realidade de mulheres negras, se relacionam com manifestações do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022) e do dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023).

Portanto, as seções que seguem visam elucidar, a partir de estatísticas, que as mulheres negras e jovens são as maiores vítimas da ausência de assistência por parte do Estado. Nesse sentido, a gravidez precoce não é aqui pensada em termos de um processo natural, mas como questão social mobilizada por diferentes marcadores sociais da diferença.

METODOLOGIA

Autores/as como Gustavo Ferreira dos Santos e Vivianne Oliveira Gomes têm defendido que “Estudantes LGBTQIA+ negras, negros e de camadas populares enfrentam formas interseccionais de opressão que amplificam os desafios já presentes na vivência escolar” (Santos; Gomes, 2025, p. 03). O bullying é estatutário nesse sentido: muitas crianças e adolescentes vítimas de violência passam a compreender a escola como um espaço inseguro e de difícil permanência. Uma análise interseccional relacionada a marcadores como gênero, classe e raça nos conduziu a investigar outra questão: a gravidez precoce – que atinge sobretudo jovens negras – tornando-as alheias às instituições de ensino. Nessa empreitada, nos valem de provocações suscitadas por feministas negras, intelectuais decoloniais e outros/as autores/as que nos conduzem à compreensão de como tem se dado a formação de estratificações sociais no Brasil de hoje.

De acordo com o filósofo francês Michel Foucault (2008), surge uma nova dinâmica de poder entre os séculos XVIII e XIX nas sociedades ocidentais e

ocidentalizadas. Essa, recebe o nome de Biopoder e tem como característica principal uma atuação sobre a vida individual ou biológica (anátomo-política do corpo) e coletiva (uma biopolítica da população). Diferentemente de dinâmicas de poder anteriores como o poder soberano no Antigo Regime que funcionava em termos de “fazer morrer e deixar viver”, o biopoder inverte a lógica e opera a partir do “fazer viver e deixar morrer”. Desse modo, cria condições de existência para os corpos considerados viáveis, ao passo que desumaniza e deixa morrer os que não o são.

Foucault (2008) nos ensina que a dimensão do biopoder voltada a população recebe o nome de biopolítica e essa se caracteriza como uma manifestação do biopoder através das instituições ligadas ao Estado: escolas, hospitais, ministérios, secretarias, etc. A biopolítica é por excelência demográfica, demanda de sensores voltados à natalidade, mortalidade, expectativa de vida e afins. Instituições como IBGE, SINASC e DATASUS convertem a população em números para viabilizar o exercício de controle estatal. Considerando que os dados coletados pelos institutos nunca são neutros, mas que oferecem diagnósticos biopolíticos para se compreender quais sujeitos existem em suas relações com as instituições, elegemos a modalidade qualiquantitativa de análise para compreender o que os números revelam sobre classe, gênero e raça no contexto de acesso e permanência na educação.

Portanto, a pesquisa que deu origem a esse artigo teve início com o acesso aos dados do periódico de Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua (PENAD Contínua) edição de 2023 voltado à educação. Os dados contidos no documento conduziram a materiais disponíveis em outras plataformas⁵. No total, analisamos 19 gráficos disponíveis no sistema do IBGE, onde selecionamos 5 deles por apresentarem dados relevantes para a investigação desta pesquisa. Para subsidiar as discussões sobre gravidez na adolescência analisamos um total de 16 gráficos disponíveis no Portal Primeira Infância, destes, selecionamos 1 para articular às discussões sobre maternagem. E, por fim, analisamos 1 gráfico disponibilizado no Portal do Ministério da Saúde sobre gravidez na adolescência.

⁵ Abaixo dos gráficos disponíveis no decorrer do texto é possível acessar as plataformas.

A análise desse conjunto de fontes permitiu compreender quais categorias de sujeitos, no âmbito da biopolítica brasileira, estão encontrando dificuldade de acesso e permanência no ambiente escolar.

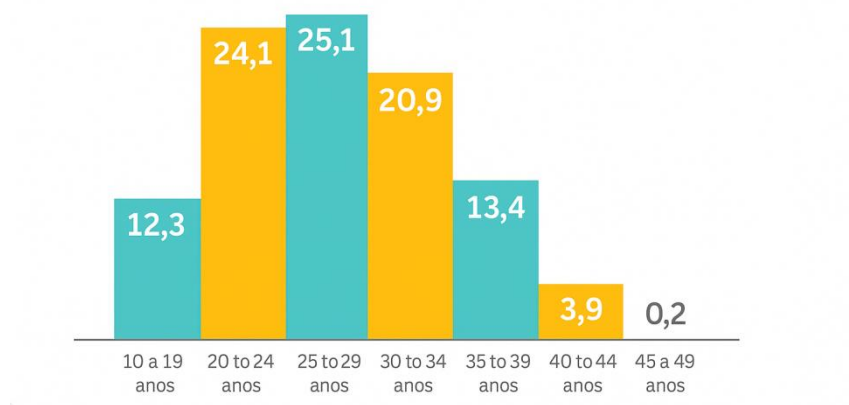
GRAVIDEZ PRECOCE: QUESTÕES PARA PERMANÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

A gravidez precoce é um fenômeno multifacetado que impacta diretamente a trajetória educacional de jovens mulheres, contribuindo significativamente para a evasão escolar. Em muitos casos, a descoberta da gestação leva à interrupção dos estudos, seja por dificuldades emocionais, falta de apoio familiar ou estigmatização no ambiente escolar. A ausência de políticas públicas eficazes de acolhimento e reintegração escolar agrava ainda mais a situação, perpetuando um ciclo de exclusão social e econômica.

De acordo com Simone de Beauvoir (1967), a influência religiosa e patriarcal faz com que a maternidade seja naturalizada como uma vocação essencial da mulher. Nesse sentido, a realização feminina estaria condicionada à maternidade, ao passo que sua negação ou a decisão pelo aborto seriam vistas como fracassos morais e sociais. Assim, a gravidez precoce não deve ser compreendida apenas como um fenômeno biológico, mas também como uma questão marcada por construções morais, sociais e de gênero.

O período gestacional e a maternidade são vivenciados de formas distintas, que podem despertar sentimentos como revolta e satisfação. Tais sensações estão associadas às condições de vida da jovem, à sua relação com o pai da criança, à sua história pessoal e à forma como ela se percebe no mundo (Beauvoir, 1967). Esses fatores se entrelaçam diretamente com sua permanência na escola e com sua inserção no mercado de trabalho.

Dados do Ministério da Saúde (2022), Figura 1, revelam que 12,3% dos nascimentos no Brasil estão relacionados à gravidez precoce, sendo a maioria dos casos concentrada nas regiões Norte e Nordeste. Alarmanamente, 49,3% dessas gestações estão associadas a situações de abuso sexual.

Figura 1 – Percentual de nascidos vivos, por idade, ano de 2022.

Fonte: Ministério da Saúde (2022). Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/cenario_gravidez_adolescencia_dados.pdf. Acesso em: 01 jul. 2025.

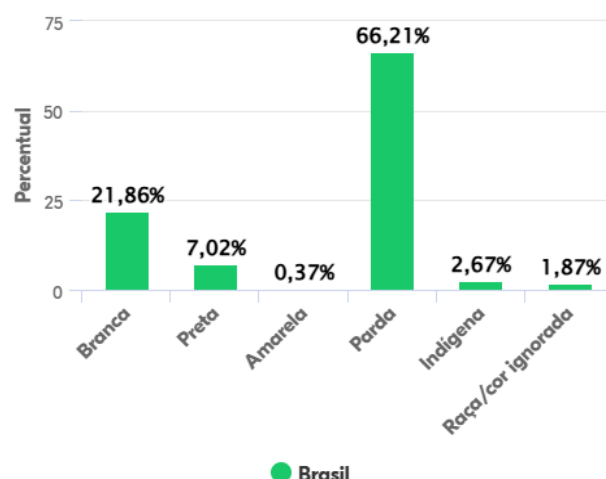
Estudos apontam que adolescentes grávidas enfrentam maiores dificuldades para conciliar as exigências da maternidade com a rotina escolar, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica (Almeida, 2008). A evasão escolar limita o acesso à qualificação profissional e à autonomia financeira, agravando as desigualdades de gênero, raça e classe.

Nesse cenário, o Estado atua de forma funcional no controle dos corpos e comportamentos. A figura feminina, dentro das funções familiares historicamente construídas pela sociedade patriarcal, está relacionada a maternidade, tendo sua sexualidade condicionada a esse elemento. Michel Foucault (1993) argumenta que a família se configura como um mecanismo de controle social, operando como ferramenta estatal de governabilidade e regulação da sexualidade, especialmente a feminina.

Esse controle do Estado e outras instituições sobre os corpos femininos, conforme descrito, pode ser evidenciado por meio dos percentuais de nascidos vivos no Brasil. Os dados coletados pelo sistema SINASC podem ser analisados à luz da teoria foucaultiana do biopoder como instrumentos utilizados pelo Estado para o monitoramento e gerenciamento da população. O desdobramento desses dados dá origem a políticas públicas necessárias, mas que se concentram prioritariamente nas questões maternas, em detrimento de uma abordagem mais ampla da saúde da mulher. A partir dos dados apresentados na Figura 2, fica evidente que a maioria dos nascidos vivos, são filhos de

mulheres pardas adolescentes. Tal cenário explicita o peso histórico da marginalização que incide sobre essa categoria de sujeito.

Figura 2 – Partos de mães adolescentes por raça/cor.



Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. *Primeira Infância em Dados*, 2023. Disponível em: <https://primeirainfanciaemdados.org.br/dados/brasil/>. Acesso em 08.07.2025.

Como evidencia a Figura 2, 66,21% dos partos entre adolescentes no Brasil ocorrem entre jovens pardas. O DATASUS (2023) aponta ainda que a faixa etária varia até os 19 anos de idade. Segundo o estudo desenvolvido por Almeida (2008) quase metade das jovens que interromperam os estudos o fizeram devido à gravidez. Entre aquelas que tiveram filhos, 40,1% abandonaram a escola no momento da gestação, embora 20,5% já tivessem se evadido anteriormente. Esse cenário corrobora com o discurso histórico da mulher ligada a esfera doméstica e reprodutiva, estereótipo que, de acordo com a análise de Lugones (2019), foi introduzido em diferentes esferas sociais no contexto do domínio colonial. Para Lugones:

[...] a imposição colonial dos gêneros atravessa questões ecológicas, econômicas, governamentais, atravessa relações com o mundo dos espíritos, o conhecimento, bem como as práticas diárias que nos ensinam ou a cuidar do mundo ou a destruí-lo (Lugones, 2019, p. 369).

Essa afirmação permite compreender a realidade brasileira como resultado de um processo de racialização e colonialidade que não apenas define lugares sociais para

corpos racializados, mas também condiciona quem tem ou não autonomia sobre seu próprio corpo e destino.

No Brasil, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) estimou uma taxa de 65 partos por mil meninas entre 15 e 19 anos em 2016, a sétima maior da América do Sul. Esse índice reflete a vulnerabilidade vivida por adolescentes, sobretudo aquelas com pouco acesso à contracepção e à educação sexual adequada. Quando é considerada a racialização presente ao longo da história brasileira, torna-se evidente que as mulheres negras e pardas são as mais afetadas, enfrentando duplas violências: de gênero e de raça.

Nesse processo, as mulheres brancas foram historicamente associadas à reprodução como um valor humano, enquanto as mulheres negras foram desumanizadas e animalizadas por sua raça. Essa governabilidade dos corpos se sustenta na lógica colonial que nega às mulheres racializadas, especialmente as negras e indígenas, o direito à autonomia sobre a própria existência. Lugones (2019) chama a atenção para como a colonialidade do gênero define quem pode decidir sobre a própria reprodução e quem continua a ser controlada por estruturas históricas de opressão.

A distinção entre colonialismo e colonialidade⁶ é crucial para compreender como essas formas de dominação se mantêm até hoje. Segundo Lugones (2019), a colonialidade do poder articula raça, gênero, classe e sexualidade, impondo uma matriz de dominação que se expressa nas instituições sociais como a escola. No caso da gravidez precoce, é comum que as meninas negras e indígenas sejam responsabilizadas individualmente, enquanto os fatores estruturais, como ausência de políticas públicas, desigualdades sociais, racismo e patriarcado, são ignorados.

Ao refletir sobre esses indicadores, fica evidente a manutenção da cultura do preconceito de gênero e raça nele, mulheres negras foram instrumentalizadas como seres reprodutivos, contribuindo para a manutenção do contingente de pessoas escravizadas durante o período colonial. Em correlação, os dados analisados nesta

⁶ O termo colonialismo é aqui utilizado para referenciar o período de dominação política, social, econômica e religiosa do território brasileiro pelos colonizadores europeus. Diferente de colonialidade que faz inferência a dominação intelectual e social, segregando pessoas por raça e gênero e que é perpetuado, mesmo que de forma subliminar, na atualidade. Desse modo, podemos argumentar que o colonialismo é um processo histórico, enquanto a colonialidade é o resultado dos seus desdobramentos em termos epistemológicos e políticos, mesmo após o processo de independência.

pesquisa apontam para a continuidade deste padrão na contemporaneidade, onde o corpo feminino negro ainda é associado a procriação. Se no período colonial o corpo feminino negro foi percebido como instrumento capaz de garantir a manutenção da economia escravagista, hoje, esse mesmo corpo permanece inferiorizado devendo ser submetido às políticas de controle estatal que pouco versam sobre o cuidado e a saúde da mulher.

Os dados do IBGE de 2014 apontam que cerca de um terço das jovens brasileiras entre 15 e 17 anos que abandonaram a escola já eram mães; entre as que ainda estavam matriculadas, apenas 2% tinham filhos. Tal fenômeno reafirma a relação direta entre maternidade precoce e queda no desempenho escolar. Esse cenário tem forte componente socioeconômico. De acordo com dados do mesmo ano, no Brasil, 61% das crianças e adolescentes vivem em situação de pobreza e a evasão escolar entre jovens pobres entre 15 e 17 anos chega a ser oito vezes maior (11,8%) do que entre os mais ricos (1,4%). No ensino médio, apenas quatro entre dez jovens concluem essa etapa na idade adequada; entre os mais pobres, apenas 38% concluem o ensino fundamental em tempo ideal.

A combinação desses fatores configura um quadro alarmante: a maternidade precoce compromete a trajetória escolar e contribui para o ciclo de pobreza intergeracional, agravando a estigmatização por gênero e raça. Para além do abandono, jovens mães frequentemente enfrentam atrasos nos estudos ou são completamente excluídas do sistema educacional e da produção de conhecimento, tornando ainda mais urgente as políticas públicas interseccionais que considerem raça, classe, gênero e idade como marcadores integrados.

Desta forma, a questão da evasão escolar relacionado à gravidez precoce, não pode ser compreendida como escolhas individual, mas como processo coletivo relacionadas a relações de poder, exclusão e hierarquização dos sujeitos. As estruturas que excluem jovens mães dos espaços escolares, revela que a escola não é neutra, mas um aparelho que reproduz lógicas coloniais, tornando-se, assim campo de reprodução de desigualdades raciais, de gênero e de classe.

EDUCAÇÃO, COLONIALIDADE E MARCADORES DA DIFERENÇA

Em 1888 ocorria o fim da escravização das pessoas negras no Brasil, todavia, esse processo formal não significou inclusão ou reparação social. A oferta de liberdade não incluía moradia, emprego, educação ou dignidade. Com o advento da Proclamação da República, no ano seguinte, a exclusão para com os recém libertos passou a ocorrer mediante a impossibilidade de participação política. A constituição de 1891, desse modo, passou a segregar as pessoas negras com base no gênero, no poder econômico e na escolarização. Nesse contexto, pessoas negras, pobres, mulheres e analfabetos foram excluídos das decisões políticas do país, uma vez que abolida a escravidão era preciso novos marcadores para diferenciar as classes e definir quem poderia decidir os rumos políticos da nação.

Essa desigualdade foi duplamente sentida pelas mulheres negras, que além de serem discriminadas pelo gênero, também sofriam pela cor de sua pele, sendo relegadas à execução de trabalhos domésticos e funções de cuidado, não tendo acesso a escolarização ou participação na política. Considerando esta discussão, nos deteremos, nesta seção, aos marcadores de gênero, raça e suas imbricações no acesso à escolarização. Assim, para entender a relação entre eles refletiremos sobre os discursos que os envolvem.

Sueli Carneiro (2023) na obra *Dispositivos de Racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*, destaca que, graças ao domínio colonial, a sociedade brasileira passou a ser dividida por um dispositivo de racialidade, nesse, “o outro” do homem branco (homem negro, mulher branca, mulher negra) sofre o estigma da subalternização racial e de gênero. A partir de uma leitura foucaultiana da noção de dispositivo, Carneiro aponta a existência de uma rede que integra elementos discursivos e não discursivos que põem o racismo em circulação.

No cenário brasileiro, o racismo se integra a lógicas de subalternização das mulheres. Um exemplo emblemático dessa lógica é a negação do direito ao voto feminino, mesmo após a Independência do país em 1822, e a primeira constituição republicana de 1891. Tal impedimento configura um ato não só de violência simbólica, mas epistêmica, pois transmite a ideia de inadequação a espaços de decisão e,

consequentemente de reivindicações de direitos. O movimento sufragista do século XIX, se expande no século XX reunindo mulheres que não só pleiteavam o direito ao voto, mas a possibilidade de concorrerem a cargos políticos. A conquista desse direito, formalizada pelo Decreto 21.076, sancionado por Getúlio Vargas em 1932, representou um avanço significativo, mas não garantiu a inclusão de todas as mulheres. As exigências de alfabetização, estado civil específico (solteiras ou viúvas) e renda própria, além do caráter facultativo do voto, mantiveram boa parte da população feminina excluída especialmente das mulheres negras que, inseridas em um contexto de pós-abolição, permaneciam excluídas do acesso à educação e consequentemente da participação política.

No Brasil, sistemas de pensamentos patriarcais e racistas, passam a ser utilizados para dominar ideologicamente os indivíduos por meio de dispositivos de controle do território, da alma, do corpo e da vida (Carneiro, 2023).

O que pretendemos informar é que para além das exclusões que resultam da interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença, existe um processo de deslegitimação dos saberes e das experiências dos corpos subalternizados. Comumente, os saberes engendrados pelo conhecimento científico ou pelo conhecimento religioso da tradição judaico-cristã é legitimado em relação a conhecimentos e modos de conexão com o sagrado não ocidentalizados. Donna Haraway (2009) critica a ideia de conhecimento neutro e universal, afirmando que os saberes hegemônicos se firmam enquanto tal graças a uma infinidade de relações de poder que subalternizam práticas e formas de interpretação do mundo não herdeiras da Modernidade Ocidental.

Diante desse cenário de exclusão epistêmica e hierarquização dos saberes, apresenta-se a seguinte questão: em que momento o Estado brasileiro passou a valorizar os saberes afro-brasileiros e indígenas no espaço educacional? Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), graças ao conjunto articulado de reivindicações dos movimentos sociais. Esse percurso ocorreu progressivamente e pode ser sistematizado da seguinte forma: em um primeiro momento foi sancionada a Lei nº 9.394/96, ela afirma que deve haver um “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (Brasil, 1996, Art. 3º, III). Essa estrutura foi um suporte jurídico pertinente,

pois promoveu a possibilidade de debates e reivindicações mais efetivas posteriormente.

Décadas depois, foi sancionada a Lei nº 10.639/03 que inclui, de forma oficial, a obrigatoriedade do ensino de História Afro-brasileira nos currículos escolares brasileiros. Deixando evidente a importância de entender a identidade do povo negro, sua contribuição histórica, econômica e política ao país.

O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (Brasil, 2003, art. 26-A, § 1º)

Nessa redação, a escola passa a ensinar a história do povo negro por outra perspectiva: não mais restritos/as à condição de escravizados/as, mas reconhecendo esses sujeitos como agentes produtores de saberes, detentores de cultura e identidade própria. Tal posicionamento contribuiu significativamente para o avanço das lutas por paridade nas narrativas históricas.

Em sequência, foi aprovada a Lei nº 11.645/08 que inclui também a História Indígena no currículo da educação básica ao afirmar que “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (Brasil, 2008, art. 26-A). Pela primeira vez, o contexto legislativo nacional, visibilizou, nos currículos escolares, estudos voltados à formação da sociedade brasileira a partir de negros e indígenas, ressignificando, desta forma, a trajetória de sujeitos historicamente marginalizados pelo processo colonial.

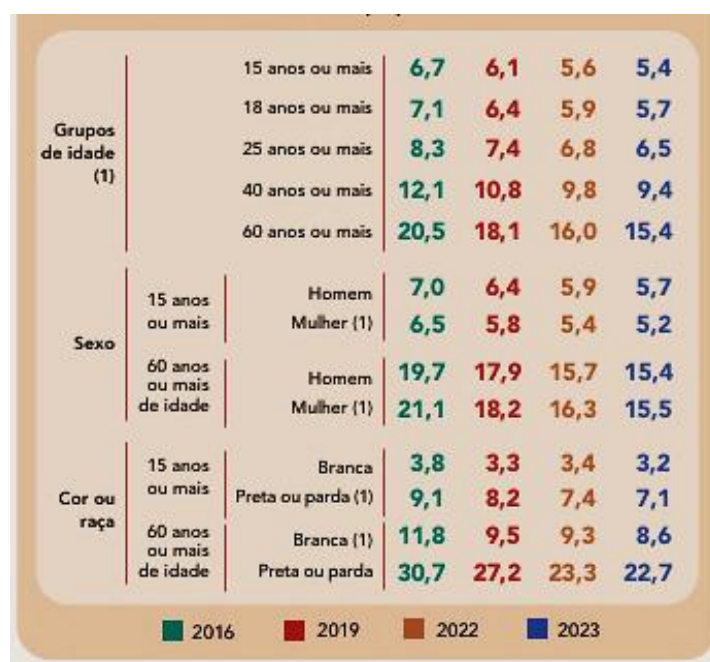
Todavia, mesmo considerando todos esses avanços legislativos que buscam promover inclusão e discussões que valorizem a diversidade brasileira, é importante analisar os impactos políticos e sociais relacionados aos desafios de acesso e permanência dos estudantes na escola. Nesse contexto, para compreender as diferentes realidades socioeducacionais brasileiras se faz necessária a análise pormenorizada de variáveis concretas.

No ano de 2023, as taxas de analfabetismo são maiores entre os homens e esses números se tornaram mais discrepantes com a idade. Como apresentado na Figura 3,

enquanto é possível observar uma redução percentual nas taxas de analfabetismo entre homens de 15 anos ou mais, de 7% para 5,7% entre os anos de 2016 e 2023; já as mulheres não escolarizadas no mesmo período diminuíram de 6,5% para 5,2%. Esse número cresce com o público com idade de 60 anos ou mais, tendo uma redução percentual de 19,7% para 15,4% para homens e de 21,1% para 15,5% para mulheres nesta mesma faixa etária (IBGE, 2023).

Por sua vez, os indicadores de raça (Figura 3) apontam uma diminuição percentual de pessoas brancas analfabetas: a margem foi de 3,8% para 3,2%, já a margem de pretas e pardas passou de 9,1% para 7,1% entre jovens de 15 anos ou mais. Entre os anos de 2016 e 2023 é possível observar que a faixa etária de pessoas com 60 anos ou mais sofre uma redução significativa nas taxas de analfabetismo: o número de pessoas brancas analfabetas cai de 11,8% para 8,6% enquanto que o de pessoas pretas e pardas vai de 30,7% para 22,7%.

Figura 3 – Taxa de analfabetismo



Fonte: IBGE, 2023. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

Esses dados nos permitem identificar que a exclusão escolar não é neutra, as maiores taxas de analfabetismo ocorrem entre pessoas negras e se agrava com a idade,

gerando um problema intergeracional. Esta análise nos possibilita perceber a segregação existente no acesso ou permanência na escola, deixando evidente os fragmentos perpetuados pela colonialidade dos corpos e dos saberes (Carneiro, 2023). Essas dinâmicas da colonialidade excluem das esferas de produção do conhecimento aqueles que foram escravizados e, posteriormente, seus descendentes, esses últimos, direcionados a ocupar postos laborais subalternizados.

Tais fatores são agravados pelo fato de os discursos construídos sobre o indivíduo estarem ligados a percepções opressoras ou, como provoca Carneiro (2023, p. 25) “[...] construindo sujeitos a partir da enunciação de saberes sobre o outro”: direcionando discursos que reiteram que ao homem branco, hétero é direcionado o saber intelectual e institucional; à mulher branca, a subalternidade familiar e aos homens negros e mulheres negras, a subalternidade do trabalho e esforço físico. Essa lógica é observada nesses indicadores onde o indivíduo é destituído de determinados saberes por meio da não acessibilidade à escola. Soma-se a esse fator, a renda, a disposição geográfica, a maternidade e a suas trajetórias de vida.

Essa construção do outro como inferior, que historicamente deslegitima e exclui saberes não-hegemônicos, desqualifica e segrega dos espaços formais de produção do conhecimento, grupos marginalizados da população. Processo que não somente reforça o discurso que certos corpos foram feitos para o trabalho físico, enquanto outros para as produções intelectuais, mas produz indicadores de evasão escolar e altas taxas de analfabetismo. O não acesso à escola, desta forma, não pode ser considerado uma situação isolada, mas o desdobramento de processos históricos que resultaram em realidades socioeconômicas e culturais complexas no território nacional. Assim, fatores como localização geográfica, renda familiar e responsabilidade materna, acabam por excluir parte significativa da população, o que resulta em evasão escolar.

Essa realidade não pode ser compreendida simplesmente partindo de condições econômicas, administrativas ou sociais, pois se associa a uma lógica epistemológica alicerçada em padrões da Modernidade Ocidental, que organiza os sujeitos hierarquicamente, considerando, para isso, a raça e o desenvolvimento cognitivo. Assim, ocorre a produção de arquétipos que determinam quem deve produzir o conhecimento

e quem deve ser direcionado aos trabalhos de natureza física, forjando um dos pilares da racionalidade colonialista.

No âmbito dessa racionalidade ocidental, Oyewùmí (2021) define, em seus estudos, o estabelecimento de uma separação entre corpo e mente, onde povos africanos foram compreendidos como pertencentes à esfera do biológico enquanto homens brancos ocupariam o espectro da racionalidade. Os modos duais de compreensão do mundo surgem no mundo grego antigo, se alicerçam no Renascimento, e em outros movimentos políticos e filosóficos como no Iluminismo do século XVIII. Antes disso, o modo de inteligibilidade racional aparecerá no colonialismo do século XVI para justificar a relação de hegemonia do europeu para com o outro, do civilizado para com o bárbaro, do cristão para com o pagão.

Epistemologicamente, essa dicotomia – que dispôs o homem branco de um lado e a mulher negra, enquanto suprasumo opositor, do outro – está diretamente relacionada, na contemporaneidade, com os indicativos dos sujeitos aptos ou inaptos aos espaços de produção do conhecimento como é o caso da escola. Nos dados apresentados na Figura 4, fica evidenciado que, em uma faixa etária entre 14 e 29 anos, 58,1% dos homens brasileiros abandonaram a escola e 41,9% das mulheres também somaram o índice de evasão escolar. Desse percentual geral, 71,6% são compostos por pessoas pretas ou pardas. Os números testemunham a discrepância em relação a pessoas brancas e racializadas no perímetro escolar.

Figura 4 – Pessoas de 14 a 29 anos e que não frequentam escola, com nível de instrução inferior ao médio completo, segundo o sexo e a cor ou raça.

Sexo e cor ou raça	Total	
	Absoluto (milhões)	Percentual (%)
Total (1)	9,0	100,0
Sexo		
Homem	5,2	58,1
Mulher	3,8	41,9
Cor ou raça		
Branca	2,5	27,4
Preta ou parda	6,4	71,6

Fonte: IBGE, 2023. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

Como discutido, a evasão escolar vai além dos dados apresentados, ela evidencia um caráter excludente da própria formação institucional da escola que quase sempre desconsidera as vivências estudantis e suas trajetórias ou oferece condições materiais e simbólicas para a experimentação dos processos educativos.

As discussões até aqui apresentadas, nos permitem traçar paralelos entre Educação e evasão escolar de jovens mães. Sylvio Gadelha (2009), partindo das discussões de biopoder foucaultiana, apresenta que historicamente o Brasil fomentou desigualdades. A Proclamação da República não promoveu inclusão dos negros, pardos e indígenas nos processos políticos e formativos do país, ao contrário promoveu o embranquecimento populacional com o incentivo à vinda de imigrantes europeus para ocupar as funções dos negros, que agora eram livres.

As governanças que se seguiram só se voltaram às necessidades educacionais da população em geral com o advento da industrialização. Nesse momento, o país precisava de pessoas capacitadas para exercer o trabalho na indústria. “O Brasil precisava educar-se e modernizar-se sob os signos do progresso e das ciências [...]” (Gadelha, 2009, p. 185-186). Todavia, essa necessidade não veio por meio da inclusão, o foco não era educar o povo, mas ofertar qualificação profissional. Não para promover igualdade entre as classes sociais, mas para organizar uma pirâmide sustentada por aqueles que executam os trabalhos manuais (homens negros e pardos, mulheres negras e pardas).

TRABALHO, GRAVIDEZ PRECOCE E ESTIGMA SOCIAL

Esse cenário torna-se ainda mais complexo na adolescência, um período cheio de descobertas e desafios para as jovens mães. Nesse sentido, uma gravidez precoce e não planejada, pode significar o aumento do estigma social, o abandono escolar, mas também uma maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Para discutir sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho é necessário realizar uma breve análise histórica sobre o papel dessas na sociedade. Saffioti (1976) afirma que a mulher nunca foi alheia ao trabalho, mas que sua felicidade estava vinculada ao casamento e seu trabalho produtivo era visto como uma atividade secundária. Na sociedade contemporânea, ter um emprego está para além de receber um salário, é também poder participar da esfera comum, da cultura e não se resumir a atividade que ocupa (Saffioti, 1976).

Um estudo realizado por Nascimento et al. (2025) em uma Unidade Básica de Saúde, no estado do Tocantins, de abril a junho de 2024, com 13 mulheres que estiveram gestantes entre 12 e 19 anos, retrata a situação desse público inserido no mercado de trabalho.

O estudo aponta que 46% delas conseguiram, posteriormente, ingressar e concluir o ensino superior e apenas 8% dessas mulheres que possuem ensino superior exercem o labor compatível com a sua escolaridade atual. O estudo em questão aponta que as outras entrevistadas se introduziram no mercado de trabalho em funções como as de diarista, serviços gerais e agente de saúde. (Nascimento et al., 2025).

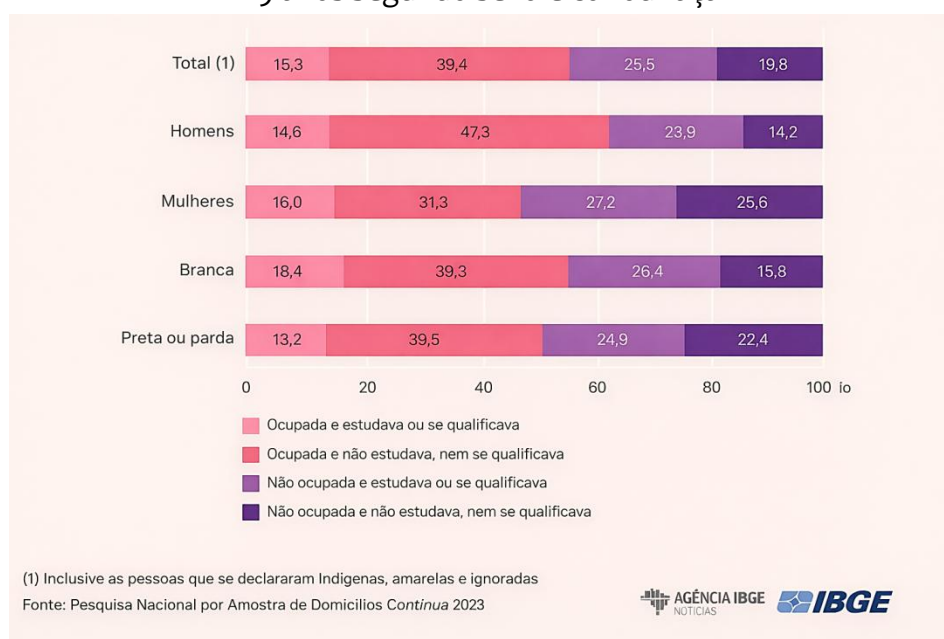
Conforme Oliveira (2020), o retorno das mães precoces ao mercado de trabalho é desigual, uma vez que a assistência a esse público é omissa e a qualificação dessas mulheres é tida como limitada pela presença dos filhos. Sob variadas condições, as mulheres em questão não possuem o suporte adequado para retornar ao mercado de trabalho com qualidade e são pressionadas a interromper sua formação profissional.

No que concerne aos trabalhos que envolvem o cuidado, a mulher negra sempre desempenhou esses papéis, desde o período colonial: cozinheiras, lavadeiras, amas de leite e afins. A antropóloga Lélia Gonzalez (2020) evidencia a posição da mulher negra na

sociedade brasileira e sua importância para a manutenção da família. Segundo ela, as mulheres negras possuem um papel central na construção da sociedade, mas são destinadas a postos de trabalho subalternos. Nessa perspectiva, os eixos raça, classe e gênero não são dissociados e devem ser analisados de modo conjunto. Mesmo na contemporaneidade, a interação entre raça e gênero converge em processos de segregação que atingem determinadas categorias de sujeitos mais do que outras.

Conforme os dados do IBGE (2023), Figura 5, 31,3% das mulheres entre 15 e 29 anos estão exercendo alguma ocupação, mas não estudam ou trabalham. A pesquisa mostra ainda que as mulheres pretas ou pardas desta faixa etária que estão inseridas nessas condições de estarem ocupadas, mas não trabalham ou estudam, representam 39,5% do público em questão. Os números reforçam a vulnerabilidade deste grupo social.

Figura 5 – Situação de ocupação e condição de estudo no Brasil (%) para pessoas de 15 a 29 anos segundo sexo e cor ou raça.

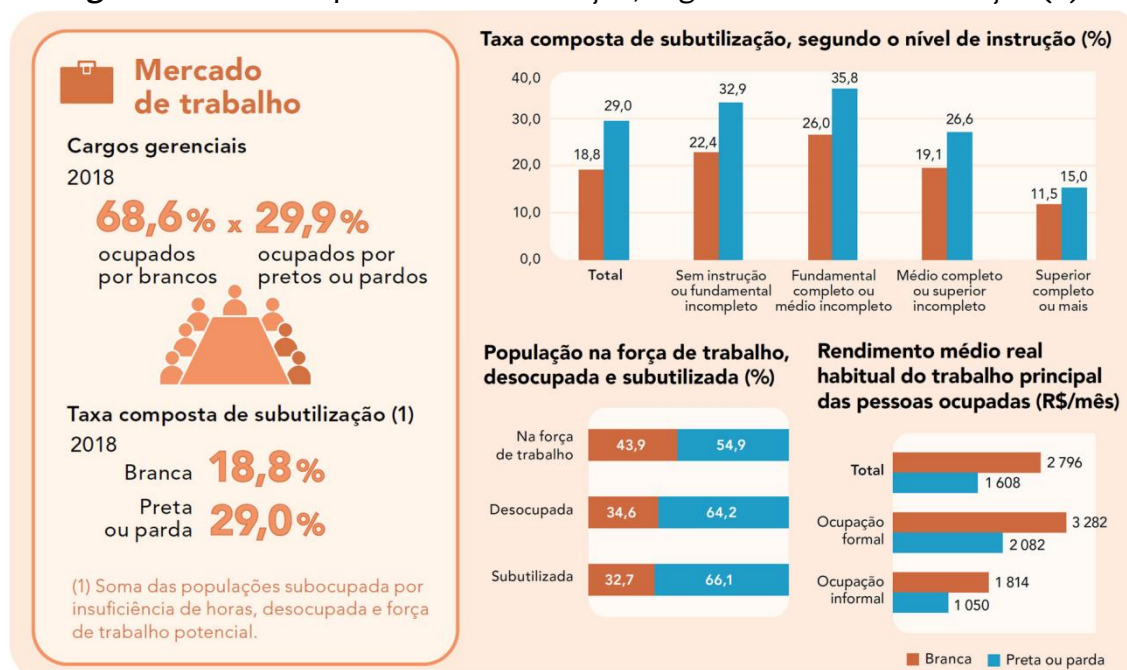


Fonte: IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023> Acesso em 01 de jun. de 2025.

Em outra pesquisa, também do IBGE (2018), os indicadores apontam que as pessoas pretas ou pardas representaram 54,9% da força de trabalho, todavia a sua minoria numérica ocupa atividades gerenciais, o equivalente a 29,9%. Tais dados reforçam o conceito de Cida Bento (2022), no tocante ao pacto da branquitude onde os locais de

liderança são destinados majoritariamente para pessoas brancas. Nesse sentido, o discurso meritocrático contribui para a conservar os privilégios daqueles que já estão no poder, conforme pode ser observado na Figura 6.

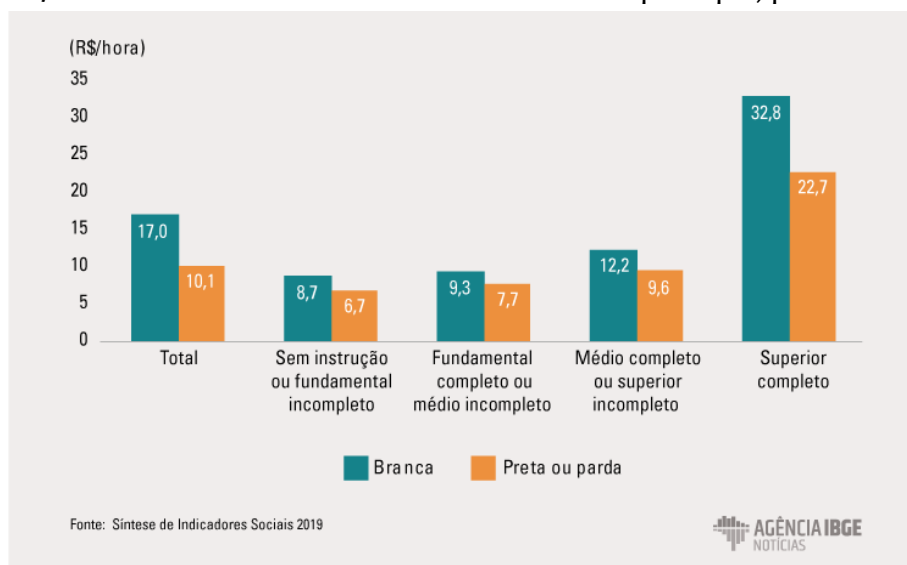
Figura 6 – Taxa composta de subutilização, segundo o nível de instrução (%).



Fonte: IBGE, 2018. Disponível em: Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil | Educa | Jovens - IBGE
Acesso em 01 jun. de 2025.

As mulheres negras ocupam os postos de trabalho com pouca representatividade em cargos gerenciais e de baixo rendimento salarial. Saffioti (1976) afirma que a mulher negra ocupa um posto de desvalor na hierarquia social e a gravidez precoce sem assistência fortalece a condição subalterna. Desse modo, a conjuntura de jovens mulheres negras após a gravidez precoce é um ponto de convergência de opressões. O dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023), citado anteriormente, circunscreve as jovens mulheres negras a ocupações subalternas e de baixo rendimento econômico.

Figura 7 – Rendimento-hora média real do trabalho principal, por cor ou raça.



Fonte: IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25879-pretos-ou-pardos-representam-dois-tercos-dos-subocupados-em-2018>. Acesso em 01 jun. de 2025

A Figura 7 apresenta os dados da Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE (2019), destaca a significativa desigualdade social e estimula a reflexão acerca das vulnerabilidades que comprometem a vida das jovens mães e seus filhos. A diferença salarial entre pessoas brancas e pessoas pretas ou pardas é notada em todas as categorias presentes na Figura 7. Embora haja distinção entre os grupos apresentados na pesquisa em todas as categorias, percebe-se que essa desigualdade aumenta na categoria de nível “Superior Completo”, onde existe a diferença de R\$10,1 por hora.

Os dados (Figura 7) reforçam o conceito supracitado de pacto da branquitude (Bento, 2022), pois esclarece que as organizações do mercado de trabalho reforçam desvantagens para com pessoas negras, mesmo quando essas dispõem de uma boa qualificação profissional. Essa marginalização também influencia na acessibilidade desigual a recursos, direitos e oportunidades. Diante do exposto, a gravidez precoce não se trata de um fenômeno isolado, mas um indício das estruturas sociais fixadas no racismo, bem como no patriarcado na sociedade brasileira. Desse modo, os conceitos de pacto da branquitude (Bento, 2022) e dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023) contribuem para a compreensão de elementos que operam diretamente na

marginalização de jovens negras, reduzindo suas oportunidades de acesso à educação e, posteriormente, ao mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do debate suscitado, e com base nos dados apresentados neste trabalho, convém destacar que o processo que se seguiu à abolição da escravidão não ressignificou o lugar das pessoas negras na sociedade brasileira. Ao contrário, reforçou estereótipos historicamente associados à servidão e à subalternização e, no que se refere à figura da mulher, à função reprodutiva.

As amostragens indicam que não somente os casos de gravidez na adolescência ocorrem com mulheres negras, mas também revelam que esse mesmo grupo se evade precocemente do âmbito escolar. Posteriormente, são elas que ocuparão cargos relacionados ao cuidado, à higienização, aos trabalhos manuais: indicadores que vão corroborar com as análises de Carneiro (2023) ao apontarem para padrões hierárquicos de raça e gênero. De forma não explícita, é possível identificar que os padrões de ocupação de determinadas funções relacionadas a trabalhos braçais ainda são delegados a pessoas pretas e pardas. Por outro lado, de acordo com as estatísticas de evasão escolar fica evidente o domínio do mercado de produção intelectual por pessoas brancas, reproduzindo assim um estigma na produção de conhecimento. Além de todas essas variáveis, essas mulheres ainda são discriminadas pela própria maternidade, pois a inserção no mercado de trabalho, como bem aponta Oliveira (2020), perpassa desde o cuidado para com quem a criança irá ficar, faltas por razões médicas e situações outras.

Os dados analisados ao longo do artigo desempenham papel central na consolidação do debate teórico proposto, na medida em que conferem materialidade empírica às categorias analíticas mobilizadas. Longe de operarem como meros recursos ilustrativos, os dados estatísticos do IBGE, do SINASC e do DATASUS evidenciam, de forma concreta, como as interseções entre raça e classe subalterniza jovens mães negras. As elevadas taxas de gravidez precoce entre adolescentes racializadas, bem como os altos índices de evasão escolar e de inserção em trabalhos precarizados, revelam padrões sistemáticos de exclusão que dialogam diretamente com o conceito de dispositivo de

racialidade, conforme proposto por Carneiro (2023), ao evidenciar como determinados corpos são historicamente posicionados como passíveis de controle, subalternização e silenciamento.

Nesse sentido, os indicadores que associam maternidade na adolescência à evasão escolar reforçam a crítica de Lugones (2019) ao sistema moderno/colonial de gênero, demonstrando que a interrupção da escolarização de jovens mães não decorre de escolhas individuais, mas de estruturas sociais que naturalizam a maternidade como destino feminino. De modo convergente, os dados relativos à renda, à subutilização da força de trabalho e à desigualdade salarial, corroboram as reflexões de Bento (2022) acerca do pacto da branquitude, ao evidenciarem que, mesmo diante da elevação do nível de instrução, as mulheres negras permanecem concentradas nos postos mais precarizados do mercado de trabalho.

Mostra-se necessária, desse modo, a implementação de ações voltadas à educação sexual nas escolas, ao acesso facilitado a métodos contraceptivos e à promoção de ambientes escolares inclusivos e acolhedores, como estratégias fundamentais para a prevenção da gravidez precoce e para a minimização de seus impactos sobre a trajetória educacional das jovens. Contudo, tais mecanismos precisam estar associados a discussões que interseccionem gênero e raça, a fim de que o espaço escolar se constitua como um ambiente apto ao acolhimento das diferenças e ao enfrentamento das desigualdades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. C. **Gravidez na adolescência e escolaridade**: um estudo em três capitais brasileiras. 2008. 172 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: artigo1_CSP.pdf Acesso em: 13 jul. 2025.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BRASIL. Lei nº 9.394 (1996). **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639 (2003). **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645 (2008). **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, p. 1, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.257 (2016). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 9 mar. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Cenário da gravidez precoce e dados estratégicos para sua prevenção no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/cenario_gravidez_adolescencia_dados.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS (DATASUS)**. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/tabnet/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Adolescência e gravidez**: situação no Brasil e no mundo. Brasília: UNFPA, 2016. Disponível em: <https://www.unfpa.org.br>. Acesso em: 27 jun. 2025.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica. 2009.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização: União dos Coletivos Pan-Africanistas. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas, n. 5, p. 7–41, jan./jun. 2009.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 01 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais 2015: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/bd5c6728e2adbfc8325dado289c0cec.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21039-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca-no-brasil.html>. Acesso em: 1 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pretos ou pardos representam dois terços dos subocupados em 2018**. Rio de Janeiro, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25879-pretos-ou-pardos-representam-dois-tercos-dos-subocupados-em-2018>. Acesso em: 1 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. **Agência de Notícias**, Rio de Janeiro, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>. Acesso em: 16 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo decolonial**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 369–388.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). **Rede Cegonha: atenção integral à saúde da mulher e da criança**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/rede-cegonha>. Acesso em: 27 jun. 2025.

NASCIMENTO, V. F. M. et al. Gravidez precoce: impactos na vida da mulher. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e7239, 2025. DOI: 10.55905/cuadv17n1-081. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/7239>. Acesso em: 23 jun. 2025

OLIVEIRA, Bianca de. Os impactos da maternidade precoce para mães adolescentes no mercado de trabalho. **Revista Tecnológica da Fatec Americana**, Americana, v.8,n.2, p. 22–36, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47283/244670492020080222>. Acesso em: 23 jun. 2025.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução de Lívia Maria de Freitas. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, G. F.; GOMES, V. O. **Sexualidade e homofobia na escola**: trajetos discursivos de docentes do ensino médio. *Revista Linguagem, Educação e Sociedade-LES*, Teresina, v.29, n.61, 2025, eISSN: 2526-8449.

HISTÓRICO

Submetido: 23 de Fev. de 2026.

Aprovado: 15 de Ago. de 2026.

Publicado: 31 de Ago. de 2026.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

ARAUJO, F. S. C.; MEDEIROS, L. G.; LIMA, P. C.; XAVIER, R. S. P. Filhos/as da desistência: gravidez precoce, evasão escolar e a precarização do trabalho. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade – LES**, v. 30, n. 64, 2026.